

Só Questões



Acerte o alvo!

Concurso Público - Ano 2019

200

QUESTÕES

FUNDAMENTADAS

SOBRE

PROCESSO

ADMINISTRATIVO

LEI 9.784/99

Diferencial Concursos

Wilma G. Freitas

200

Questões fundamentadas
Lei 9.784/99 - Processo Administrativo

APOSTILA AMOSTRA

**Para adquirir a apostila de 200 Questões Fundamentadas da Lei
9.784/99 - Processo Administrativo**

acesse o site:



SUMÁRIO

| | |
|--------------------------|------------|
| Apresentação..... | 3 |
| Questões..... | 4 |
| Respostas..... | 79 |
| Bibliografia..... | 127 |

A P R E S E N T A Ç Ã O

O mundo dos concursos públicos tem ganhado uma importância cada vez maior. É surpreendente o número de pessoas que concorrem todos os anos às oportunidades de emprego estável, boas condições de trabalho e salários.

A lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999 – *Lei que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal* - é exigida no conteúdo programático dos editais das principais bancas em diversos concursos públicos.

O estudo por meio de resolução de questões é extremamente importante para o entendimento e a fixação da matéria. Por vezes, a leitura de uma lei a princípio parece fácil, porém, ao se deparar com o caso concreto, surgem as complicações. Nada melhor do que resolver questões, principalmente quando estas possuem comentários objetivos e de fácil compreensão baseados na doutrina, na legislação e na jurisprudência.

A nossa equipe preocupa-se em oferecer ao concursando um material de estudo especialmente criado para prepara-lo e conduzi-lo ao sucesso.

Também garantimos a atualização desta apostila até a data do envio, pois sabemos que as bancas exploram preferencialmente as alterações nas leis durante a elaboração das provas.

Nunca é demais frisar que é a prática de exercícios que fixa o conhecimento e prepara o candidato para reconhecer as armadilhas preparadas pelas bancas organizadoras dos certames, pois muitas vezes conhecer determinado assunto não é suficiente para assimilar a forma como este conhecimento é cobrado nas provas.

A quantidade de questões aliada à qualidade, rapidez no envio e ao compromisso de conduzir o candidato ao sucesso representam todo nosso diferencial.

Wilma G. Freitas

QUESTÕES

1. A respeito do recurso no processo administrativo, analise a veracidade das frases.

- I. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção.
- II. O órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência.
- III. O não conhecimento do recurso impede a Administração de rever de ofício o ato administrativo, mesmo ilegal.
- IV. Acolhida pelo Supremo Tribunal Federal a reclamação fundada em violação de enunciado da súmula vinculante, dar-se-á ciência à autoridade prolatora e ao órgão competente para o julgamento do recurso, que deverão adequar as futuras decisões administrativas em casos semelhantes, sob pena de responsabilização pessoal nas esferas cível, administrativa e penal

Está(ão) correta(s):

- a) I, II. e III
- b) II e III.
- c) I, III, IV
- d) III e IV.
- e) I, II e IV.

2. Complete a lacuna.

Para fins da Lei nº 9.784/99,..... é a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta.

- órgão
- entidade.

3. Marque V, se assertiva for verdadeira, e F, se assertiva for falsa.

É dever do administrado perante a Administração agir de modo temerário.

- VERDADEIRA.
- FALSA.

4. A Lei nº 9.784/99 prevê que a interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação. Trata-se da aplicação do seguinte princípio:

- a) Segurança jurídica.
- b) Eficiência.
- c) Motivação.
- d) Razoabilidade.
- e) Oficialidade.

5. Complete a lacuna.

O processo administrativo pode iniciar-se.....

- a pedido de interessado

- de ofício
- de ofício ou a pedido de interessado.

6. Analise a veracidade das frases.

- I. Quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, poderão ser formulados em um único requerimento, salvo preceito legal em contrário.
- II. É vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos, devendo o servidor orientar o interesse quanto ao suprimento de eventuais falhas.
- III. Os órgãos e entidades administrativas deverão elaborar modelos ou formulários padronizados para assuntos que importem pretensões equivalentes.

Está(ão) correta(s):

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) II.
- d) Todas.
- e) I.

7. Marque V, se assertiva for verdadeira, e F, se assertiva for falsa.

É legitimado como interessado no processo administrativo o Ministério Público.

- VERDADEIRA.
- FALSA.

8. Complete a lacuna.

A competência é.....

- () irrenunciável
- () renunciável.

9. Assina a alternativa falsa.

- a) Os órgãos e entidades administrativas divulgarão publicamente os locais das respectivas sedes, e, quando conveniente, a unidade fundacional competente em matéria de interesse especial.
- b) A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares.
- c) A segurança e a eficiência são uns dos princípios administrativos previstos na Lei nº9.784/99.
- d) Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de maior grau hierárquico para decidir.
- e) O indeferimento de alegação de suspensão poderá ser objeto de recurso, sem efeito suspensivo.

10. Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de:

- a) Três dias, salvo motivo de força maior.
- b) Cinco dias, salvo motivo de força maior.
- c) Sete dias, salvo motivo de força maior.

- d) Dez dias, salvo motivo de força maior.
- e) Quinze dias, salvo motivo de força maior.

RESPOSTAS**1.**

| |
|--|
| Resposta: E |
| Comentários: |
| Art. 65, parágrafo único da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999 |
| Art. 64, caput da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999 |
| Art. 63, § 2º da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999 |
| Art. 64-B da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999 |

2.

| |
|--|
| Resposta: Órgão. |
| Comentários: |
| Art. 1º, § 2º, I da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999 |

3.

| |
|---|
| Resposta: F |
| Comentários: |
| Art. 4º, caput, III da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999 |

4.

| |
|---|
| Resposta: A |
| Comentários: |
| Art. 2º, caput, Parágrafo único, VIII, IX, XIII da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999 |

5.

| |
|--|
| Resposta: De ofício ou a pedido de interessado. |
| Comentários: |
| Art. 5º da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999 |

6.

| |
|--|
| Resposta: D |
| Comentários: |
| Art. 8º da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999 |
| Art. 6º, Parágrafo único da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999 |
| Art. 7º da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999 |

7.

| |
|---|
| Resposta: F |
| Comentários: |
| Art. 9º, caput, I ao IV da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999 |

8.

| |
|---|
| Resposta: Irrenunciável. |
| Comentários: |
| Art. 11 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999 |

9.

| |
|--|
| Resposta: D |
| Comentários: |
| Art. 16 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999 |
| Art. 19, parágrafo único da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999 |
| Art. 2º, caput, VIII, IX, XIII da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, Art. 37, caput da CF |
| Art. 17 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999 |
| Art. 21 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999 |

10.

| |
|--|
| Resposta: B |
| Comentários: |
| Art. 24, caput da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999 |

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição (1988): Constitucional de 5 de outubro de 1988. Ed. atual. – Brasília, Planalto, 2019.

MENDES, Gilmar Ferreira e BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 13ª ed. Revista e atualizada. São Paulo: Ed. Saraiva, 2018.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**: 34ª ed. São Paulo. Editora Atlas, 2018.

ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. **Direito Constitucional Descomplicado**. 17ª Ed. rev. Atualizada. São Paulo: Editora Método, 2018.

MOTTA, Sylvio, **Direito Constitucional: Teoria, Jurisprudência e Questões**, 27ª ed. – São Paulo: Editora Método, 2018.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**, 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 31ª Ed. Editora Forense, 2018.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 43ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 26ª Ed. rev. Atualizada. São Paulo: Método, 2018.

DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943: Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992 : Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990: Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

200

Questões fundamentadas
Lei 9.784/99 - Processo Administrativo

LEI Nº 9.873, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999: Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências.

LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999: Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011: Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

LEI Nº 13.019, DE 31 JULHO DE 2014: Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999.

DECRETO Nº 8.539, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015: Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

COMO ADQUIRIR

| | |
|--------------|---|
| 30,00 | 200 QUESTÕES FUNDAMENTADAS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO - LEI 9.784/99 |
|--------------|---|

Você pode adquirir essa apostila efetuando o pagamento através de:

A) Depósito em conta

Favorecida: **Vivian Alves Gomes de Freitas**

Banco: **BRADERCO**

Agência: **3065**(Teófilo Otoni-MG)

Conta: **10039-0** (Corrente e poupança)

CPF: **049.774.563-19**

OU

Favorecido: **Vivian Alves Gomes de Freitas**

Banco: **CAIXA**

Agência: **3662** (Teófilo Otoni-MG)

Operação: **013**

Conta: **10964-9** (poupança)

CPF: **049.774.563-19**

E

Favorecido: **Vivian Alves Gomes de Freitas**

Banco: **Banco do Brasil**

Agência: **0099-X** (Cajazeiras)

Conta: **29563-9** (Conta corrente)

CPF: **049.774.563-19**

Envie para o nosso e-mail odiferencialconcursos@bol.com.br ou pelo

WhatsApp: (33) 991155186  os dados do depósito e o nome da apostila adquirida.

.

B) PAGSEGURO

Acesse o site www.odiferencialconcursos.com.br . Logo abaixo da apostila tem o botão do PAGSEGURO. É só clicar e seguir as instruções.

OBSERVAÇÃO: Depois de concluída a negociação através de depósito ou do PagueSeguro, caso não localize a apostila na sua **CAIXA DE ENTRADA**, favor verificar nas pastas **LIXO, QUARENTENA** ou **SPAM**.

200

Questões fundamentadas
Lei 9.784/99 - Processo Administrativo

Maiores esclarecimentos:

TIM 041 (33) 99161.3584

OI 031 (33) 98897-7616

WhatsApp: (33) 991155186



E-mail: odiferencialconcursos@bol.com.br

[APROVEITE E BAIXE OUTRAS APOSTILAS AMOSTRAS \(ANEXOS\)](#)

 **odiferencial**
CONCURSOS
www.odiferencialconcursos.com.br